

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1. Desenho normativo constitucional dos direitos fundamentais na Constituição de 1988	13
1.1 Estudos propedêuticos sobre a matéria: a arquitetura de direitos fundamentais na Constituição	13
1.2 A Constituição Brasileira de 1988 e os direitos fundamentais	14
1.3 Os princípios constitucionais a regerem o Brasil nas relações internacionais	27
1.4 Breves considerações sobre o movimento de internacionalização dos direitos humanos	29
1.5 A Contribuição do processo de democratização brasileira na reinserção do Brasil no sistema internacional de proteção	40
1.6 O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos	43
Capítulo 2. A Constituição brasileira de 1988 e os tratados internacionais de proteção de direitos humanos: processo de formação, incorporação e hierarquia	55
2.1 Considerações iniciais sobre os tratados internacionais....	56
2.2 A processualística de formação dos tratados internacionais	60

2.3 A abertura da Constituição de 1988 ao sistema internacional de direitos humanos: hierarquização e aplicação imediata dos direitos internacionais provenientes dos tratados.....	65
2.4 A hierarquia dos tratados internacionais e a tendência constitucional contemporânea de se dispensar um tratamento especial aos tratados de direitos humanos.....	67
2.5 Hierarquia normativa constitucional dos tratados internacionais de direitos humanos à luz do §2º do artigo 5º da CRFB/88.....	73
2.6 Hierarquia dos tratados de direitos humanos e o artigo 5º, §3º da CRFB/88: o rito legislativo especial, cláusula de equivalência às emendas constitucionais e a questão formal dos tratados internalizados anteriormente à edição da Emenda Constitucional n. 45	84

Capítulo 3. O Impacto dos tratados internacionais de direitos humanos no direito brasileiro 99

3.1 Impacto jurídico dos tratados internacionais de direitos humanos no ordenamento jurídico interno	99
3.1.1 Reforço e coincidência com os direitos assegurados pela Constituição	101
3.1.2 Integração, complementação e ampliação dos direitos constitucionalmente previstos	101
3.1.3 Conflito entre os Tratados de Direitos Humanos e o preceito de direito interno.....	102

3.2 O princípio da primazia da norma mais favorável como critério a reger a interpretação do Poder Judiciário para o caso de conflito de normas.....	105
3.3 A Prisão Civil do Depositário Infel na Constituição de 1988	111
3.4 A prisão do depositário infiel em face do Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.....	115
Capítulo 4. A evolução pretoriana no tratamento da prisão civil do depositário infiel: algumas questões ainda em aberto	125
4.1 A hierarquia dos tratados internacionais de direitos humanos no Brasil e o controle de convencionalidade à luz da evolução do posicionamento do STF	125
4.1.1 A tese da paridade entre tratado e lei federal firmada pelo STF no julgamento do Recurso Extraordinário n. 80.004 e do HC 72.131-RJ	129
4.2 Análise do <i>leading case</i> do STF: O reconhecimento da proibição da prisão civil por dívida na hipótese de alienação fiduciária e as teses da supralegalidade e da constitucionalidade dos tratados de direitos humanos	135
4.3 A <i>ratio decidendi</i> e os elementos fáticos considerados no julgamento do Recurso Extraordinário n. 466.343: a questão do depositário judicial infiel	152
Conclusões.....	175
Referências.....	187